



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Aperfeiçoamento da fiscalização do mercado turístico e elevação da qualidade dos serviços turísticos

Em Fevereiro de 2023, entrou em Macau 1 milhão 593 mil e 743 visitantes, um aumento de 121,6 por cento, em comparação com o período homólogo do ano passado, dos quais muitos eram visitantes de excursões. O Governo e a sociedade, para além de se preocuparem com o número de visitantes e os benefícios económicos, devem dar mais importância à elevação da qualidade dos serviços turísticos. O “2.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico da Região Administrativa Especial de Macau (2021-2025)” aponta a necessidade de promover o aumento da qualidade da indústria turística integrada, para enriquecer o conteúdo do Centro Mundial de Turismo e Lazer. Para atingir este objectivo, são ainda muitos os desafios, incluindo a estrutura da fonte de visitantes monolítica, o reduzido número de dias de estadia dos visitantes, a falta de infra-estruturas urbanas e de transportes, etc. Mais ainda, o referido Plano apontou também para a necessidade de diversificar os elementos turísticos. Assim sendo, o Governo deve, em conjunto com os operadores do sector, envidar esforços para promover o aumento da qualidade da referida indústria.

Para além disso, é necessário prevenir actos ilegais ou irregulares. Recentemente, as autoridades reforçaram as acções de fiscalização e, até 4 de Abril, foram detectados vários casos suspeitos de guias turísticos ilegais e pensões ilegais. Mas, para além disso, parece que as excursões a preços muito baixos, que eram tão frequentes no passado, voltaram a aparecer. Como os preços dessas excursões são



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

muito baixos, algumas podem originar problemas de refeições, transporte ou programa da viagem, bem como compras obrigatórias, o que afecta a imagem de Macau enquanto cidade turística, a experiência dos turistas e até a vida quotidiana e as deslocações dos residentes. Face ao exposto, as autoridades devem acompanhar seriamente o assunto, reforçando a fiscalização e a execução da lei, negociando com o sector para uma boa gestão e organização, e reprimindo a situação a partir da fonte, incluindo a colaboração com outras regiões para o aperfeiçoamento da fiscalização do mercado turístico.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. No início da recuperação do sector do turismo de Macau, há que prevenir que as irregularidades prejudiquem o seu desenvolvimento saudável, nomeadamente, evitar os fenómenos caóticos causados pelas excursões a preços muito baixos. Recentemente, a Direcção dos Serviços de Turismo afirmou que não tinha detectado excursões a preços baixos nem irregularidades nas excursões subsidiadas, mas que era necessário reforçar a fiscalização, independentemente de estas terem ou não recebido apoio financeiro. São graves as queixas e as irregularidades relacionadas com os referidos problemas? Quantos casos foram acompanhados e punidos pelas autoridades? Com vista a salvaguardar os direitos e interesses dos visitantes, que trabalhos de acompanhamento foram desenvolvidos pelas autoridades? Relativamente ao impacto causado aos residentes dos bairros comunitários pela organização inadequada das excursões, que trabalhos concretos foram desenvolvidos pelas autoridades para exortar o sector do turismo a fazer uma melhor triagem e organização, a fim de reduzir o impacto para os residentes?



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

2. As autoridades referiram que um dos pontos importantes da cooperação regional no âmbito do turismo é aperfeiçoar a fiscalização do mercado turístico e otimizar a regulamentação do funcionamento do sector. Quais são os resultados dos actuais mecanismos, por exemplo, o da fiscalização e coordenação conjunta do mercado turístico das cidades da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau? Como é que as autoridades vão aperfeiçoar os mecanismos de fiscalização e cooperação, em conjunto com os serviços competentes dos diferentes locais de origem dos visitantes?

3. Há dias, o sector manifestou que algumas agências de viagens pediram a guias turísticos para adiantarem o pagamento das despesas com o aluguer do veículo ou com as refeições, mas que não lhes devolveram ainda o dinheiro pago, afirmando que, se estes recusarem, não vão ser destacados para trabalharem nas excursões. Face a situações semelhantes que prejudicam os direitos e interesses dos trabalhadores, as autoridades tomaram a iniciativa de acompanhar a situação? As autoridades já iniciaram, há vários anos, o trabalho de revisão da Lei sobre a actividade das agências de viagens e a profissão dos guias turísticos, mas esta ainda não foi incluída na lista das propostas de lei para este ano, tendo afirmado apenas que iam continuar a acompanhar o assunto. Qual é o andamento dessa revisão? Quais são os principais rumos de revisão para regulamentar e aperfeiçoar o funcionamento do sector?

6 de Abril de 2023

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM

Lei Cheng I